

Convite à apresentação de propostas

REFERÊNCIA: CPR003DASI2023

O objeto do presente procedimento de ajuste direto tem por objeto ***“Fornecimento de produtos de higiene e limpeza para o ano 2023, na modalidade de fornecimento contínuo”***

I – ENTIDADE ADJUDICANTE

A entidade adjudicante é o Município de Ferreira do Zêzere pessoa coletiva n.º 501216 839 sito na Praça Dias Ferreira, 38 - 2240-341 Ferreira do Zêzere, com os seguintes contactos: *tel.:* 249 360 150 *fax:* 249 360 169 e com o endereço de correio eletrónico: geral@cm-ferreiradozezere.pt

II – DECISÃO DE CONTRATAR

A decisão de contratar foi tomada por despacho do Presidente da Câmara, ao abrigo do disposto na alínea f), do n.º 1, do artigo 68.º da Lei 169/99 de 18 de setembro, alterada pela Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro e da alínea a), no n.º 1, do artigo 18.º, do Decreto-Lei 197/99, de 8 de junho, aplicável por força do disposto na alínea f), no n.º 1, do artigo 14.º do Decreto-Lei 18/2008 de 29 de janeiro.

III – FUNDAMENTO DA ESCOLHA DO PROCEDIMENTO

Procedimento de Consulta Prévia realizado nos termos da alínea c), do n.º 1 do art.º 20 do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, na sua atual redação.

IV – DOCUMENTOS QUE ACOMPANHAM A PROPOSTA

A proposta é constituída pelos seguintes documentos conforme constante do art.º 57.º do CCP:

1. Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo I do CCP, de acordo com a nova redação do Decreto-Lei n.º 111-B, de 31 de agosto, na sua atual redação.
2. Proposta de preço, com indicação dos seguintes elementos:
 - a) Proposta de preço total;
 - b) Documento onde indique o preço unitário;
 - c) Fichas técnicas dos produtos;
 - d) Prazo de entrega dos bens;
 - e) No caso de Pessoa Coletiva a Certidão do Registo Comercial;
 - f) Documentos que, em função do objeto do contrato a celebrar e dos objetos da sua execução submetidos à concorrência pelo caderno de Encargos, contenham os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar.
3. Os documentos que integrem a proposta deverão ser obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.

V – PRAZO E MODO DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

As propostas, bem como, os documentos que as acompanham, devem ser apresentadas até às 23h59m do 5º dia após envio do convite, para o endereço eletrónico: www.acingov.pt

Todos os documentos que instruem a proposta, devem ser apresentados em língua portuguesa, nos termos do n.º 1 do artigo 58.º do Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro na sua atual redação.

A indicação dos preços constantes na proposta, serão indicados em algarismos não incluindo o IVA, em caso de divergência entre preços por extenso ou em algarismos, prevalecem os indicados por extenso, conforme disposto nos números 1 e 2 do artigo 60.º do Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro na sua atual redação.

VI – CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO

A adjudicação é feita de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa para a entidade adjudicante, determinada pela modalidade monofator, enquanto único aspeto da execução do contrato a celebrar, designadamente o preço, conforme disposto na alínea b), do n.º 1 do artigo 74.º aprovado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, alterado pela Lei n.º 30/2021 de 21 de maio.

VII – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. O adjudicatário deve apresentar os documentos de habilitação conforme o Artigo 81.º do CCP, no prazo de 5 dias a contar da notificação da adjudicação, os seguintes documentos comprovativos, ou disponibilização de acesso para a sua consulta *online*, de que se encontra nas seguintes situações:

- a) Situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do artigo 55.º do CCP;
- b) Situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea e) do artigo 55.º do CCP;
- c) Certificado de registo criminal, para efeitos de celebração de contratos públicos, de todos os titulares dos órgãos sociais da administração, Direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e i) do artigo 55.º do CCP, não bastando a apresentação de certidões em número equivalente ao das pessoas com poderes para obrigar a sociedade;
- d) Declaração emitida de acordo com a a), do n.º 1 do artigo 81.º do CCP;

2. Para efeito de celebração do contrato escrito, sob pena da adjudicação caducar, devem ainda ser entregues os seguintes documentos:

a) certidão do teor do pacto social da empresa onde constem os poderes necessários que são conferidos para outorgar o contrato, devidamente atualizada, ou, a indicação do código de acesso para consulta da certidão permanente on-line no Portal da Empresa ([www.portal da empresa.pt](http://www.portal.daempresa.pt));

b) Documentos comprovativos da identidade dos outorgantes que têm poderes para obrigar a entidade adjudicatária, nomeadamente: cartão de identificação de pessoa coletiva ou de empresário em nome individual, o cartão do cidadão ou bilhete de identidade e o número fiscal de contribuinte.

3. Caso sejam detetadas irregularidades nos documentos de habilitação entregues pelo adjudicatário nos termos do número anterior, será concedido um prazo adicional de 5 dias úteis destinado ao seu suprimento, conforme o disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 132.º do CCP.

VIII – PROPOSTAS VARIANTES

Não é permitida a apresentação de propostas com variantes, não é permitida a apresentação de propostas com alterações às cláusulas do Caderno de Encargos.

IX – PRAZO DE OBRIGAÇÃO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS

Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 66 dias contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas em conformidade com o artigo 65.º do CCP.

X – MODO DE PRESTAÇÃO DE CAUÇÃO

Não é obrigatória a prestação de caução, tendo por base a natureza e a especificidade da prestação de serviços e em face ao disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos.

XI – NEGOCIAÇÃO

A proposta apresentada não será objeto de negociação.

XII – ADJUDICAÇÃO POR LOTES

O presente procedimento não contempla adjudicações por lotes.

XIII – OUTORGA DO CONTRATO

Será reduzido a escrito em data conveniente para as duas partes no prazo máximo de 10 dias contados da data da notificação da decisão de adjudicação.

XIV – PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E ERROS E OMISSÕES

1. Os pedidos esclarecimentos, necessários à boa compreensão e interpretação da presente consulta prévia, bem como retificações e alterações das peças procedimentais devem ser colocados na plataforma eletrónica com endereço: www.acingov.pt até 1/3 do prazo para apresentação das propostas.
2. Os esclarecimentos serão prestados pelo órgão competente para a decisão de contratar através da plataforma eletrónica referida no número anterior, até ao prazo corresponde ao 2/3 do prazo para apresentação das propostas sendo todos os convidados imediatamente notificados desse fato.

Ferreira do Zêzere, 06 de janeiro de 2023

O Presidente da Câmara

Bruno José da Graça Gomes



Digitally signed by BRUNO
JOSÉ DA GRAÇA GOMES
Date: 2023.01.09 11:34:46
+00:00